

EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2014 DATA DA REALIZAÇÃO: 24/11/2014 HORÁRIO: A PARTIR DAS 11h00min

O Senhor Raff de Melo Porto, Pregoeiro do Município de JUAREZ TÁVORA, constituído pela portaria n.º 048/2014 de 05 de Novembro de 2014, faz saber a todos os interessados, de que trata a presente licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo MENOR PREÇO, em sessão pública, na sede da Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA/PB, situada na Rua José Mendonça de Araújo, N 171 – Centro Juarez Távora –PB, que será regida pela Lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002, aplicandose subsidiariamente, no que couberem, as disposições da Lei federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com alterações posteriores, Lei complementar n.º 123/2006 e suas alterações, Decreto n.º 7892/13 e alterações bem como toda legislação correlata e demais exigências Previstas neste edital e anexos.

As propostas deverão obedecer às especificações deste instrumento convocatório conforme anexo I (Termo de Referência), que dele fazem parte integrante.

Os envelopes contendo a proposta e os documentos de habilitação serão recebidos no endereço acima mencionado, na sessão pública de processamento do Pregão, após o credenciamento dos interessados que se apresentarem para participar do certame.

A sessão de processamento do Pregão será realizada no prédio sede da Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA/PB, cujo endereço encontra-se no preâmbulo deste edital, iniciando-se no dia 24 de Novembro de 2014 às 11h00min (horário local) e será conduzida pelo Pregoeiro, designados nos autos do processo em epígrafe.

I - DO OBJETO

1 - A presente licitação tem por objeto a eventual Contratação de Assessoria Técnica na Execução dos Serviços de Elaboração de Dados Cadastrais dos Servidores, Análise, Preparação e Geração de Folha de Pagamento, Emissão e Análise de Relatórios Gerenciais da FOLHA, Implantação e Geração da RAIS, DCTF E DIRF, detalhado as especificações no anexo I (Termo de Referência) do presente Edital.

II - DA PARTICIPAÇÃO

- 1 Poderá (ão) participar do certame todos os que preencherem todos os requisitos constantes neste ato convocatório.
- 2 Não será aceita a participação de empresas nesta Licitação, quando:
- 2.1 Reunidas em consórcios, grupos ou associações de empresas, haja vista que o objeto possui baixa complexidade, cujos valores também não são elevados, conforme Acórdãos TCU nº 1.405/2006, 1.453/2009, Plenário e nº1.102/2009.
- 2.2 Cujos dirigentes ou responsáveis técnicos ocupem ou tenham ocupado cargo de direção, assessoramento superior, assistência, intermediária, cargo efetivo ou emprego na Prefeitura Municipal de



JUAREZ TÁVORA/PB ou em qualquer órgão ou entidade a eles vinculados, nos últimos 60 (sessenta) dias corridos, anteriores à data da publicação do Aviso deste Edital.

2.3 Em processo de falência ou concordata.

- 2.4 Estejam impedidas de licitar, contratar e/ou transacionar com a Administração Pública ou quaisquer de suas entidades descentralizadas.
- 2.5 Estejam declaradas inidôneas por Órgão ou por Entidade da Administração Direta, por Autarquias, Fundações ou Empresas Públicas e por demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União, Estados, Distrito Federal ou Municípios.
- 2.6 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

III - DO CREDENCIAMENTO

- 1 Para o credenciamento deverão ser apresentados, os seguintes documentos;
- a) Tratando-se de representante legal, o estatuto social, contrato social ou outro instrumento de registro comercial, registrado na Junta Comercial, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos, e assumir obrigações em decorrência de tal investidura;
- b) Tratando-se de procurador, a procuração por instrumento público ou particular, da qual constem poderes específicos para **formular lances**, negociar preço, interpor recursos e desistir de sua interposição e praticar todos os demais atos pertinentes ao certame, acompanhado do correspondente documento, dentre os indicados na alínea "a", que comprove os poderes do mandante para a outorga.
- 2 O representante legal e o procurador deverão identificar-se exibindo documento oficial de identificação que contenha foto.
- 3 Será admitido apenas 01 (um) representante para cada licitante credenciada, sendo que cada um deles poderá representar apenas uma credenciada.
- 4 A ausência do Credenciado, em qualquer momento da sessão, importará a imediata exclusão da licitante por ele representada, salvo autorização expressa do Pregoeiro.

IV - DO CADASTRAMENTO

- 1 Não será exigido cadastro para participação do certame.
- 1.1- O CRC (Certificado de registro Cadastral) perante o Município de JUAREZ TÁVORA, poderá ser apresentado pelo licitante, com validade em vigor e compatível com o objeto de aquisição do presente certame, como substitutivo dos documentos exigidos no item VII, 1.1 e 1.2.1 "a","b", "c" e "d" no caso de pessoa jurídica e os itens: VII, 1.1 "f" e 1.2.2 "a","b" e "c" no caso de pessoa física, deste edital.
 - 1.1.2 Na hipótese de apresentação do CADASTRO com documento com validade vencido, o licitante deverá apresentar juntamente com a documentação de habilitação, documento (s) válido (s) que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.



V - DA FORMA DE APRESENTAÇÃO DA DECLARAÇÃO DE PLENO ATENDIMENTO AOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO, DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO.

- 1 A declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação de acordo com modelo estabelecido no Anexo VI ao Edital deverá ser apresentada fora dos Envelopes nºs 1 e 2.
- 2- A proposta e os documentos para habilitação deverão ser apresentados, separadamente, em 02 envelopes fechados e indevassáveis, contendo em sua parte externa, além do nome da proponente, os seguintes dizeres:

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA/PB CNPJ 08.919.490/0001-36 PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2014

LICITANTE:

CNPJ:

ENVELOPE nº 1 (DOCUMENTOS PROPOSTA)

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA/PB CNPJ 08.919.490/0001-36

PREGÃO PRESENCIAL - n.º 007/2014

LICITANTE:

CNPJ:

ENVELOPE nº 2 (DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO)

- 3 Os documentos necessários à habilitação deverão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por Tabelião de Notas ou cópia acompanhada do original para autenticação pelo Pregoeiro ou por membro da Equipe de Apoio.
- 4 Aos licitantes interessados fica resguardado o direito de enviar os envelopes de Credenciamento, Proposta Comercial e Documentos de Habilitação via postal, desde que, sejam protocolados na Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA, no local onde funciona a Comissão Permanente de Licitação (PREGÃO), com toda identificação do licitante e dados pertinente ao procedimento licitatório em epígrafe.

VI – DA FORMULAÇÃO DE PROPOSTAS

- 1 A proposta deverá ser elaborada em papel timbrado da empresa ou pessoa física e redigida em língua portuguesa, salvo quanto às expressões técnicas de uso corrente, com suas páginas numeradas sequencialmente, sem rasuras, emendas, borrões ou entrelinhas e ser datada e assinada pelo representante legal da licitante ou pelo procurador.
- 2 A proposta de preço deverá conter os seguintes elementos:
- a) nome, endereço, CNPJ/CPF;
- b) número do Pregão Presencial;



c) descrição do objeto da presente licitação, com todos os elementos em conformidade com as especificações do Termo de Referência – Anexo I deste Edital e conforme modelo constante no anexo V; d) preço unitário e total, em moeda corrente nacional, em algarismo e por extenso, apurado à data de sua apresentação, sem inclusão de qualquer encargo financeiro ou previsão inflacionária. Nos preços propostos deverão estar incluídos, além do lucro, todas as despesas e custos, como por exemplo: transportes, tributos de qualquer natureza e todas as despesas, diretas ou indiretas, relacionadas com o fornecimento do objeto da presente licitação;

e) Descrição dos serviços;

f) Prazo de validade da proposta de no mínimo 60 dias.

3 - A proposta de preço deverá estar acompanhada das seguintes declarações:

- a) Declaração no corpo da proposta, que o objeto será cumprido de acordo com exigências e especificações constantes do Termo de Referência, Anexo deste Edital.
- b) Declarar, sob as penalidades legais, no corpo da Proposta, que não está impedida de participar de licitação em qualquer órgão ou entidade da Administração Pública nas diversas esferas de Governo.
- c) Declarar, sob as penalidades legais, no corpo da Proposta, que nenhum dirigente, gerente, sócio, ou responsável técnico, mantém vínculo trabalhista com a Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA/PB
- 4 O pregoeiro poderá solicitar às licitantes que forneçam os esclarecimentos que julgar necessários em relação à planilha de custos.
- 5 Em caso de divergência entre os valores apresentados expressos em numerais e por extenso, prevalecerão estes. Eventuais correções poderão ocorrer, quando da análise das propostas, tendo por base a quantidade prevista e o preço unitário proposto.
- 6 Em caso de não incidência e/ou isenção de impostos, a licitante deverá indicar o documento legal que determine o benefício.
- 7 Os serviços deverão ser de acordo com as condições contidas no Termo de Referência e edital.
- 8 Fica vedada qualquer indexação de preços por índices gerais, setoriais ou que reflitam a variação dos custos.
- 9 Não é permitida a subcontratação, cessão ou transferência total ou parcial do objeto da presente licitação.
- 10 Os preços propostos pela licitante vencedora permanecerão irreajustáveis, EXCETO quando comprovadamente comprometer o equilíbrio econômico-financeiro deste termo contratual.
- 11 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem às exigências do presente edital e seus anexos, sejam omissas ou apresentarem irregularidades insanáveis.

VII - DO CONTEÚDO DO ENVELOPE "DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO"

1 - O Envelope "Documentos de Habilitação" deverá conter os documentos a seguir relacionados os quais dizem respeito a:

,



1.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA

- a) No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- b) No caso de sociedade empresária: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente inscrito no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;
- c) Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;
- d) No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- e) No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) CPF, Identidade e Comprovante de Residência no Caso do Licitante ser Pessoa Física.

1.2 - REGULARIDADE FISCAL e TRABALHISTA (PESSOAS FISICAS E JURIDICAS)

1.2.1 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Pessoa Jurídica): A documentação relativa à Regularidade Fiscal e trabalhista consiste em:

- a) Prova de Inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ/MF) do Ministério da Fazenda relativo ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto da licitação, emitida em até 60 dias antes do dia da abertura dos envelopes.
- b) Prova de Inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, (se houver) relativos ao domicílio ou sede da Licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual.
- c) Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, do domicílio ou da sede da Licitante, com validade na data de apresentação e abertura dos envelopes.
- d) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual, inclusive de Dívida Ativa, abrangendo todos os tributos administrados pelo Estado, mediante apresentação de certidões expedidas por Órgãos Estaduais competentes, do domicílio ou sede da Licitante.
- e) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal, inclusive de Dívida Ativa, abrangendo todos os tributos administrados pelo município, mediante apresentação de Certidões expedidas por Órgãos Municipais competentes, do domicílio ou sede da Licitante.

ė i

FIS. 016 1/07 9



PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

- f) Certidão Negativa de Débitos e prova de regularidade relativa à Seguridade Social (CND) do INSS Instituto Nacional de Seguridade Social, com validade na data de apresentação e abertura dos envelopes.
- g) Prova de Regularidade (CRS Certificado de Regularidade de Situação), relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por Lei, com validade na data de apresentação e abertura dos envelopes.
- h) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Titulo VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1e de maio de 1943.

1.2.2 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA (Pessoa Física): A documentação relativa à Regularidade Fiscal e trabalhista consiste em:

- a) Certidão de Quitação de Tributos e Contribuições Federais, administrados pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda, do domicílio ou da sede da Licitante, com validade na data de apresentação e abertura dos envelopes.
- b) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Estadual, inclusive de Dívida Ativa, abrangendo todos os tributos administrados pelo Estado, mediante apresentação de certidões expedidas por Órgãos Estaduais competentes, do domicílio ou sede da Licitante.
- c) Certidão Negativa de Débito com a Fazenda Municipal, inclusive de Dívida Ativa, abrangendo todos os tributos administrados pelo município, mediante apresentação de Certidões expedidas por Órgãos Municipais competentes, do domicílio ou sede da Licitante.
- d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa (CNDT), nos termos do Titulo VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1e de maio de 1943.

1.3 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Comprovação da Licitante de possuir o seguinte profissional Contabilista registrado pela entidade profissional competente (CRC).
- b) Os profissionais indicados pelas licitantes para execução do objeto deste certame deverão figurar como responsáveis técnicos da Licitante e da Sociedade Mercantil podendo vir a serem substituídos em caso de fato superveniente por outros, desde que sejam igualmente qualificados e, desde que sejam previamente autorizados pela Prefeitura Municipal.

W.		
		-
		¢





c) Pelo menos um atestado de capacidade técnica que comprove a licitante ou a empresa já ter contratado com órgão (s) público (s) ou privado (s) com especificações compatíveis com o objeto licitado em papel timbrado contendo, endereço, fone/fax, assinado e rubricado e reconhecido firma em cartório por pessoa competente.

Parágrafo primeiro: entendem-se como pessoa competente, sócios, ordenador de despesa, secretários, diretores ou Dirigentes.

Parágrafo segundo: os documentos alusivos à qualificação técnica deverão ser apresentados por licitantes PESSOAS JURÍDICAS E FÍSICAS.

1.4 - OUTRAS COMPROVAÇÕES

a) Declaração elaborada em papel timbrado e subscrita pelo representante legal da licitante, assegurando nos moldes do anexo IV do presente edital.

VIII - DA MICROEMPRESA E DA EMPRESA DE PEQUENO FORTE

- 1- As Microempresas e as Empresas de Pequeno Porte que desejarem fazer jus ao tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123, de 14 de dezembro de 2006 e alterações, deverão após o ato do credenciamento, apresentar documento oficial que comprove essa condição. (Art. 3 da LC 123/2006)
- 1.1 Entende-se por documento oficial: Declaração de Enquadramento, devidamente registrada na Junta Comercial; Declaração emitida pela Receita Federal ou declaração conforme anexo VI do presente edital.
- 1.1.1 O licitante acima identificado que não comprovar através de documento oficial, sua condição de Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte não usufruirá do tratamento diferenciado estabelecido na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 1.2 As microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão apresentar toda documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme determina o artigo 43 da LC 123/2006.
- 1.3 Havendo alguma restrição (comprovação da regularidade fiscal), será assegurado o prazo de 5 (cinco) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- 1.4 A não regularização da documentação, no prazo legal, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei n⁵ 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.
- 1.5 Nesta licitação será assegurada como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas e empresas de pequeno porte, conforme preconizam os artigos 44 e 45 da LC 123/2006.

Prefeitura Munic. de Juarez Távo: Fls. 0/9 4074



1.6 O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar-se em qualquer das vedações do artigo 3°, parágrafo 4°, da Lei Complementar n° 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá apresentar a respectiva declaração.

IX - DO PROCEDIMENTO E DO JULGAMENTO

- 1 No horário e local indicado no preâmbulo, será aberta a sessão de processamento do Pregão, iniciandose com o credenciamento dos interessados em participar do certame.
- 2 Após os respectivos credenciamentos, as licitantes entregarão o Pregoeiro à declaração de pleno atendimento aos requisitos de habilitação, de acordo com o estabelecido no Anexo V ao Edital, em envelope separado, a proposta de preços e os documentos de habilitação.
- 2.1 Iniciada a abertura do primeiro envelope proposta, estará encerrado o credenciamento e, por consequência, a possibilidade de admissão de novos participantes no certame.
- 3 A análise das propostas pelo Pregoeiro visará ao atendimento das condições estabelecidas neste Edital e seus anexos, sendo desclassificadas as propostas:
- a) cujo objeto não atenda as especificações, prazos e condições fixados no Edital;
- b) que apresentem preço baseado exclusivamente em proposta das demais licitantes.
- 3.1 No tocante aos preços, as propostas serão verificadas quanto à exatidão das operações aritméticas que conduzirão ao valor total orçado, procedendo-se às correções no caso de eventuais erros, tomando-se como corretos os preços unitários. As correções efetuadas serão consideradas para apuração do valor da proposta.
- 3.2 Serão desconsideradas ofertas ou vantagens baseadas nas propostas das demais licitantes.
- 4 As propostas não desclassificadas serão selecionadas para a etapa de lances, com observância dos seguintes critérios:
- a) seleção da proposta de menor preço e as demais com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela; b) não havendo pelo menos 3 (três) preços na condição definida na alínea anterior, serão selecionadas as propostas que apresentarem os menores preços, até o máximo de 3 (três). No caso de empate nos preços, serão admitidas todas as propostas empatadas, independentemente do número de licitantes.
- 4.1 Para efeito de seleção da proposta o critério de julgamento será o menor preço unitário.
- 5 O Pregoeiro convidará individualmente os autores das propostas selecionadas a formular lances de forma sequencial, a partir do autor da proposta de maior preço e os demais em ordem decrescente de valor, decidindo-se por meio de sorteio no caso de empate de preços.
- 5.1 A licitante sorteada em primeiro lugar poderá escolher a posição na ordenação de lances em relação aos demais empatados, e assim sucessivamente até a definição completa da ordem de lances.
- 6 Os lances deverão ser formulados em valores distintos e decrescentes, inferiores à proposta de menor preço.
- 7 A etapa de lances será considerada encerrada quando todos os participantes dessa etapa declinarem da formulação de lances.
- 8 O Pregoeiro poderá negociar com o autor da oferta de menor valor com vistas à redução do preço.
- 9 Após a negociação se houver, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade do menor preço, decidindo motivadamente a respeito.
- 10 Considerada aceitável a oferta de menor preço, será aberto o Envelope nº 2, contendo os documentos de habilitação de seu autor.



11 - Obrigatoriamente os produtos a serem ofertados deverão ser de 1ª qualidade;

- 12 Eventuais falhas, omissões ou outras irregularidades nos documentos de habilitação poderão ser saneadas na sessão pública de processamento do Pregão Presencial, até a decisão sobre a habilitação, inclusive mediante:
- a) substituição e apresentação de documentos, ou;
- b) verificação efetuada por meio eletrônico hábil de informações (Internet)
 - b.1 A verificação será certificada pelo Pregoeiro e deverão ser anexados aos autos os documentos passíveis de obtenção por meio eletrônico, salvo impossibilidade devidamente justificada.
 - b.2 A Administração não se responsabilizará pela eventual indisponibilidade dos meios eletrônicos, no momento da verificação. Ocorrendo essa indisponibilidade e não sendo apresentados os documentos alcançados pela verificação, a licitante será inabilitada.
- 13 Constatado o atendimento dos requisitos de habilitação previstos neste Edital, a licitante será habilitada e declarada vencedora do certame.
- 14 Se a oferta não for aceitável, ou se a licitante desatender as exigências para a habilitação, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente de menor preço observada à ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente.
- 15 No caso de todas as licitantes serem inabilitadas ou todas as propostas desclassificadas, o pregoeiro poderá, a seu exclusivo critério, fixar o prazo de 08 (oito) dias úteis para apresentação de nova documentação, escoimada das causas que motivaram a inabilitação, conforme Art. 48, §3º da Lei Nº 8.666, de 21 de Junho de 1993.

X – DA REVISÃO DOS PREÇOS

1. Os preços permanecerão fixos e irreajustáveis pelo período de 12 (doze) meses.

2. A revisão de preços só será admitida no caso de comprovação do desequilíbrio econômico- financeiro, a ser feita, preferencialmente, através de notas fiscais de aquisição de matérias-primas, lista de preços de fabricante ou outros que demonstrem indiscutivelmente a elevação do custo do objeto.

3. Para a concessão desta revisão, a empresa deverá comunicar a Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA a variação dos preços, por escrito e imediatamente, com pedido justificado, anexando os documentos comprobatórios da majoração.

4. Durante o período de análise do pedido, a empresa deverá efetuar a entrega dos bens pelo preço registrado, mesmo que a revisão seja posteriormente julgada procedente.

5. Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao preço praticado no mercado a Prefeitura convocará o fornecedor visando à negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado.

6. A ordem de classificação das licitantes que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado

observará a classificação original.

7. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, a Prefeitura poderá liberá-lo do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados, desde que a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento.



8. Ocorrendo a situação acima descrita, a Prefeitura poderá, ainda, convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

9. Não havendo êxito nas negociações, a Prefeitura deverá proceder à revogação da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

10. O licitante vencedor somente será liberado, sem penalidade, do compromisso assumido na Ata de Registro de Preços quando:

11. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

12. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso.

13. A pedido do prestador dos serviços.

XI - DO RECURSO, DA ADJUDICAÇÃO E DA HOMOLOGAÇÃO

- 1 No final da sessão, a licitante, que quiser recorrer, deverá manifestar, imediata e motivadamente a sua intenção, abrindo-se então o prazo de 3 (três) dias para apresentação de memoriais, ficando as demais licitantes desde logo intimadas, para apresentar contra-razões em igual número de dias que, começarão a correr no término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos autos.
- 2 A ausência de manifestação imediata e motivada da licitante importará: a decadência do direito de recurso, a adjudicação do objeto do certame pela Pregoeira à licitante vencedora e o encaminhamento do processo à autoridade competente para a homologação.

3 - Interposto o recurso, o Pregoeiro poderá reconsiderar a sua decisão ou encaminhá-lo devidamente informado à autoridade competente.

4 - Decididos os recursos e constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente adjudicará o objeto do certame à licitante vencedora e homologará o procedimento.

5 - O recurso contra a decisão do pregoeiro não terá efeito suspensivo e o seu acolhimento importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

XII - DOS PRAZOS, DAS CONDIÇÕES E DO LOCAL DOS SERVIÇOS DO OBJETO DA LICITAÇÃO.

- 1 Os serviços técnicos de assessoria deverá ser de acordo com a necessidade da EDILIDADE pelo CONTRATADO.
- 2 Os Serviços serão exclusivamente destinados p/ os assuntos desta Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA

3 - Constatadas irregularidades no objeto contratual, o Contratante poderá:

a) Se disser respeito à especificação, rejeitá-lo no todo ou em parte, determinando sua substituição ou rescindindo a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis;

a.1) Na hipótese de substituição, a Contratada deverá fazê-la em conformidade com a indicação da Administração, no prazo máximo de 02(dois) dias, contados da notificação por escrito, mantido o preço inicialmente contratado;

.

Fls. 02 | 1/079 Visto 9

11

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

b) Se disser respeito à diferença de quantidade, determinar sua complementação ou rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

XIII - DA FORMA DE PAGAMENTO

- 1 O pagamento será efetuado parceladamente em até 30 dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA/PB.
- 2- O pagamento será feito mediante cheque nominal do Banco do Brasil ou outra instituição bancária da contratante.
- 3- O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = IxNxP

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

 $\frac{I = (Tx/100)}{365}$

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento

VP = Valor da Parcela em atraso

XIV - DA CONTRATAÇÃO

1 - A contratação decorrente desta licitação será formalizada mediante assinatura do termo de contrato; cuja respectiva minuta constitui, anexo do presente ato convocatório.

1.1 - Se, por ocasião da formalização do contrato, as certidões de regularidade de débito da Adjudicatária perante o Sistema de Seguridade Social (INSS), o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e a Fazenda Nacional, estiverem com os prazos de validade vencidos, o órgão licitante verificará a situação por meio eletrônico hábil de informações, certificando nos autos do processo a regularidade e anexando os documentos passíveis de obtenção por tais meios, salvo impossibilidade devidamente justificada.

1.2 - Se não for possível atualizá-las por meio eletrônico hábil de informações, a Adjudicatária será notificada para, no prazo de 05 (Cinco) dias úteis, comprovar a sua situação de regularidade de que trata o



subitem 1.1 deste item XVI, mediante a apresentação das certidões respectivas, com prazos de validade em vigência, sob pena de a contratação não se realizar.

- 2 A adjudicatária deverá no prazo de 02 (dois) dias corridos, contados da data da convocação, comparecer a sede da Comissão Permanente de Licitação do Município de JUAREZ TÁVORA/PB, para assinar o termo de contrato.
- 3 Quando a Adjudicatária, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não apresentar a situação regular de que trata o subitem 1.1 deste item XVI, ou se recusar a assinar o contrato, serão convocadas as demais licitantes classificadas, para participar de nova sessão pública do Pregão, com vistas à celebração da contratação.
- 3.1 Essa nova sessão será realizada em prazo não inferior a 02 (dois) dias úteis, contados da divulgação do aviso.
- 3.2 A divulgação do aviso ocorrerá por publicação no Diário Oficial do Estado da Paraíba.

XV - DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

- 1 A Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do objeto do presente Edital:
- a) Advertência por escrito sobre o descumprimento do contrato e outras obrigações assumidas, quando considerados faltas leves, e a determinação da adoção das necessárias medidas de correção;
- b) Multa, observados os seguintes limites:
- b.1) de 0,3% (três décimos por cento) por dia, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento da obrigação, até o trigésimo dia de atraso, sobre o valor dos serviços não realizados.
- b.2) de 5% (cinco por cento) sobre o valor dos serviços não realizados, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do vencimento do prazo para cumprimento das obrigações, no caso de atraso superior a 30 (trinta) dias, constantes do instrumento contratual, ou entrega de objeto com vícios ou defeitos ocultos que o torne impróprio ao uso a que é destinado, ou diminuam-lhe o valor ou, ainda, fora das especificações contratadas;
- b.3) de 0,3% (três décimos por cento) por dia, pelo descumprimento de qualquer cláusula ou condição prevista neste Contrato e não discriminado nas alíneas anteriores, sobre o valor contratado, contada da comunicação da Contratante (via internet, fax, correio etc.), até cessar a inadimplência.
- c) Impedimento de contratar com a Administração Pública Municipal, pelo prazo de até 02 (dois) anos, e suspensão por até 05 (cinco) anos no Cadastro de Fornecedores do Município.
- d) Declaração de inidoneidade para contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo de 02 (dois) anos da declaração da penalidade.
- 2 O valor da multa aplicada será retido dos pagamentos devidos à Contratada e, caso não sejam suficientes, a diferença será cobrada de acordo com a legislação em vigor.
- 3 As sanções previstas nas cláusulas "a)" a "c)" poderão ser aplicadas cumulativamente, ou não, de acordo com a gravidade da infração, facultada ampla defesa à Contratada, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, salvo na hipótese de aplicação de declaração de inidoneidade para licitar e contratar, cujo prazo de defesa será de 10 (dez) dias úteis.



4 - As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

a) A critério da Administração, poderão ser suspensas as penalidades, no todo ou em parte, quando o atraso na entrega dos materiais for devidamente justificado pelo Fornecedor e aceito pela Contratante, que fixará novo prazo, este improrrogável, para a completa execução das obrigações assumidas.

5 - A inexecução parcial ou total do contratado, nos termos do art. 79 da Lei Federal nº. 8.666/93 poderá implicar a imediata rescisão unilateral deste Contrato, com a aplicação das penalidades cabíveis, observada a conclusão do processo administrativo pertinente;

6 - As partes não serão responsabilizadas pela inexecução contratual ou eventuais atrasos decorrentes de eventos configuradores de força maior ou caso fortuito, como tais caracterizados em lei civil.

7 - As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Contratante descontar o seu valor das notas fiscais e/ou faturas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.

8 - Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que:

a) Tenham, sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

b) Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;

c) Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

XVI - DA GARANTIA CONTRATUAL

1 - Não será exigida a prestação de garantia para a contratação resultante desta licitação.

XVII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- 1 As normas disciplinadoras desta licitação serão interpretadas em favor da ampliação da disputa, respeitada a igualdade de oportunidade entre as licitantes e desde que não comprometam o interesse público, a finalidade e a segurança da contratação.
- 2 Das sessões públicas de processamento do Pregão Presencial serão lavradas atas circunstanciadas, a serem assinadas pelo Pregoeiro e pelos licitantes presentes.
- 2.1 Às recusas ou as impossibilidades de assinaturas devem ser registradas expressamente na própria ata.
- 3- Todos os documentos de habilitação; cujos envelopes forem abertos na sessão; e as propostas; serão rubricados pelo Pregoeiro; e pelos licitantes presentes que desejarem.
- 4 O resultado do presente certame será divulgado no diário oficial do Estado e do Município.
- 5 Os demais atos pertinentes a esta licitação, passíveis de divulgação, serão publicados no DOE.
- 6 Os envelopes contendo os documentos de habilitação das demais licitantes ficarão à disposição para retirada na sede da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA/PB, após a celebração do contrato.
- 7 Até 2 (dois) dias úteis anteriores à data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar disposições deste Edital.



- 7.1 A petição será dirigida à autoridade subscritora do Edital, que decidirá no prazo de até 01 (um) dia útil anterior à data fixada para recebimento das propostas.
- 7.2 Acolhida à petição contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame.
- 7.3 As despesas provenientes para o exercício de 2014 serão custeadas com recursos de programas municipais e correrão nas dotações do orçamento geral do município nas rubricas:
- 02.03 Secretaria de Administração e Finanças 04.122.2010.2003 Desenvolver as Atividades Administrativas da Secretaria 04.122.2010.2004 Manutenção do Setor Financeiro 33.90.36.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física 33.90.39.00 Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

As eventuais contratações ocorridas em outros exercícios financeiros serão custeadas com recurso daquele exercício.

- 7.4 O edital estará disponível para os interessados no setor de licitação, no endereço constante no preâmbulo deste termo, no horário de expediente normal de 08:00hs. As 12:00hs.
- 7.5 Esta licitação poderá ser anulada ou revogada, aumentada ou reduzida nos limites estabelecidos por lei, sem que tenham as adjudicatárias direito a qualquer indenização, sempre quando os atos forem mais convenientes para a Administração, desde que bem justificado.
- 8 Os casos omissos do presente Pregão serão solucionados pelo Pregoeiro.
- 9 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 10 As normas que disciplinam este Pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 11 No julgamento da habilitação e das propostas, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em Ata acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.
- 12 Integram o presente Edital:

Anexo I – Termo de Referência; Anexo II – Minuta do Contrato Anexo III – Modelo de declarações Anexo IV - Modelo de proposta de preços Anexo V - Declaração de pleno atendimento dos requ Anexo VI – Modelo declaração ME e EPP	uisitos de Habilitação
Allexo VI – Wodelo declaração WE e El I	

13 - Para dirimir quaisquer questões decorrentes da licitação, não resolvidas na esfera administrativa, será competente o Fórum da Comarca de Alagoa Grande - PB.

JUAREZ TAVOR PPB, 06 de Novembro de 2014.

Raff de Melo Porto Pregoeiro Oficial

Rua José Mendonça de Araujo, N 171 – Centro Juarez Távora –PB CEP – 58387-000 CNPJ – 08.919.490/0001-36



TERMO DE REFERÊNCIA – ESPECIFICAÇÕES

ANEXO I - PREGÃO PRESENCIAL Nº 007/2014.

1. OBJETO

1.1. Contratação de Assessoria Técnica na Execução dos Serviços de Elaboração de Dados Cadastrais dos Servidores, Análise, Preparação e Geração de Folha de Pagamento, Emissão e Análise de Relatórios Gerenciais da FOLHA, Implantação e Geração da RAIS, DCTF E DIRF, conforme especificações e quantidades estabelecidas abaixo:

ITEM	UND	QNT	ESPECIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS			
01	Mês	10	 Profissional Gabaritado para dar Assessoria Técnica Na Execução Dos Seguintes Serviços: Elaboração De Dados Cadastrais Dos Servidores da Prefeitura Municipal; Emissão, Análise, Preparação e Geração de Folha de Pagamento; Implantação e Geração da RAIS Implantação e Geração da DCTF Implantação e Geração da DIRF 			

2. JUSTIFICATIVA

2.1. Tendo em vista a Necessidade do setor financeiro e administrativo, faz-se necessário a Contratação De Assessoria Na Execução Dos Serviços De Elaboração De Dados Cadastrais Dos Servidores, Geração De Folha De Pagamento, Emissão De Relatórios Gerenciais Da FOLHA, RAIS, DCTF E DIRF junto a Prefeitura de Juarez Távora.

3. FORMA DE PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

3.1. O CONTRATADO cumprirá com suas obrigações contratuais, junto a Prefeitura Municipal de Juarez Távora devendo, no desempenho das funções indicadas, atuar com zelo, presteza e probidade.



4. CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS

4.1. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 8.666/93.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

- 5.1. A Contratada obriga-se a
- 5.1.1 O contratado responsabilizar-se-á pelos tributos e despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, sem a inclusão, de expectativa inflacionária ou encargos financeiros, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos.
- 5.1.2 O CONTRATADO ficará responsável pela execução tempestiva dos serviços solicitados.
- 5.1.3 Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo contratante, quando da execução do contrato, que represente integralmente em todos os seus atos.
- 5.1.4 Não ceder, transferir ou subcontratar no todo ou em parte o objeto deste instrumento.
- 5.1.5 O contratado terá a obrigação de manter, durante todo o exercício do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 5.1.6 O contratado terá a obrigação de manter, durante todo o exercício do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação Art. 55, XIII da Lei 8.666/93 e lei n.º 12.440/2011(CNDT).
- 5.1.7 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 6.1. A Contratante obriga-se a:
- 6.1.1 Efetuar o pagamento ao contratado de cada uma das parcelas, quando o mesmo cumprir com todas as determinações contidas neste instrumento contratual.
- 6.1.2 Efetuar através de notificação ao Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à prestação dos serviços dando os prazos constantes neste instrumento contratual para o contratado realizar as correções não eximindo, porém, de suas responsabilidades.
- 6.1.3 A CONTRATANTE fornecerá todos os meios materiais para execução dos serviços Contratados, inclusive o custeio com despesas de deslocamento (transporte), combustível, hospedagem e alimentação do contratado sempre que o mesmo tiver prestando serviço *in-loco*, sendo as demais despesas de responsabilidade do Contratado.

7. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

· •			
i			
ſ			
1			
;			
1			
I.			
1			
_			
			. •
			•
			••
		•	

Fls. 027 11074

17



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

7.1. O órgão deve acompanhar e fiscalizar a conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, por meio de um representante especialmente designado, na forma dos art. 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.1.1. A fiscalização contratual dos serviços deverá seguir o disposto no Anexo IV (Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização) da Instrução Normativa nº 02, de 30 de abril de 2008, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, no que couber, sem prejuízo de outras medidas que o órgão julgar necessárias, de acordo com a especificidade do objeto e do local.

7.1.2. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos no Termo de Referência, em especial aqueles relativos aos índices de produtividade.

7.2. O gestor do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos no § 1º do artigo 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.3. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido no Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas especificações.

7.4. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais e comunicando a autoridade competente, quando for o caso, conforme o disposto nos §§1° e 2° do artigo 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade como artigo 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

7.6. A fiscalização da execução dos serviços abrange as seguintes rotinas:

a) Inspecionar a execução dos serviços;

b) Monitorar o cumprimento dos prazos estabelecidos para execução dos serviços;

c) Avaliar a qualidade dos serviços realizados;

8. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

8.1. A disciplina das sanções administrativas aplicáveis no curso da licitação e da contratação é aquela prevista no Edital e na legislação correlata.

JUAREZ TÁVORA PP, 06 de Novembro de 2014.

Raffile Melo Porto Prezoeiro Oficial

Rua José Mendonça de Araújo, N 171 - Centro Juarez Távora - PB CEP - 58387-000 CNPJ - 08.919.490/0001-36

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

MINUTA DO CONTRATO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 007/2014

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA, ESTADO DA PARAIBA, E A EMPRESA: *****, TENDO POR OBJETIVO: CONTRATAÇÃO DE ASSESSORIA TÉCNICA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ELABORAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DOS SERVIDORES, ANÁLISE, PREPARAÇÃO E GERAÇÃO DE FOLHA DE PAGAMENTO, EMISSÃO E ANÁLISE DE FOLHA, RELATÓRIOS **GERENCIAIS** DA IMPLANTAÇÃO E GERAÇÃO DA RAIS, DCTF E DIRF.

PARTES CONTRATANTES

De um lado como CONTRATANTE, e assim denominado no presente instrumento, o Município Juarez Távora, Estado da Paraíba, com Sede na Rua José Mendonça de Araújo n 171, Centro Juarez Távora-PB, inscrito no CNPJ/MF sob o n.º 08.919.490/0001-36, ora representado pelo Senhora Prefeita Municipal Maria Ana Farias dos Santos, portador do CPF/MF n.º 952.710.154-91, residente e domiciliado na Rua Adalberto Pereira de Melo, n 43 - Centro Juarez Távora - PB e de outro lado, como CONTRATADO, e assim denominado no presente instrumento, a Empresa: *****, com sede no *****, inscrita no CNPJ: *****, representada neste Ato por: *****, CPF n° ***** e RG: *****

As partes assim nomeadas e qualificadas, pelo presente instrumento particular de Contrato Administrativo e na melhor forma de direito, têm, entre si, ajustado o presente, subordinados à Lei Federal n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como vinculado ao PREGÃO PRESENCIAL n.º 007/2014.

CEAUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO A CONTRATADA se obriga a Executar os Serviços, conforme proposta ANEXA apresentada que fica fazendo parte integrante deste CONTRATO.

ITEM QNT.	UND.	SERVIÇOS	P.UNT.	P. TOTAL
III QIVI				
	<u> </u>			
			<u> </u>	1

CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA 2.1 O Contrato vigorará a contar de sua assinatura pelas partes por 10 (dez) meses. O prazo constante nesta cláusula poderá ser prorrogado, havendo acordo entre ambas as partes, depois de observado o Art. 57 da Lei Federal n.º 8.666/93.

2



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A CLAUSULASTERCEIRA: DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

3.1 A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem na prestação, até 25% (Vinte e Cinco por Cento) e acordo com o que preceitua o Art. 65, Parágrafo 1.º da Lei Federal n.º 8.666/93.

🔐 CLAUSULA QUARTA – DOS SERVIÇOS E CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO 💮 💮

4.1- O CONTRATADO cumprirá com suas obrigações contratuais, junto a Prefeitura Municipal de Juarez Távora devendo, no desempenho das funções indicadas, atuar com zelo, presteza e probidade.

CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO

5.1 - Fica ajustado o preço, conforme segue:

5.2 O valor total do CONTRATO fica estimado em R\$ 0.00 (Por Extenso) onerando nas dotações: 02.03 - Secretaria de Administração e Finanças - 04.122.2010.2003 - Desenvolver as Atividades Administrativas da Secretaria - 04.122.2010.2004 - Manutenção do Setor Financeiro - 33.90.36.00 -Outros Serviços de Terceiros Pessoa Física - 33.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.

CLÁUSULA SÉXTA - DOS REAJUSTAMENTOS

- 6.1 Os preços propostos pela licitante vencedora permanecerão irreajustáveis, EXCETO quando comprovadamente comprometer o equilíbrio econômico-financeiro deste termo contratual.
- 6.2 Fica fixado o prazo de até 10 (dez) dias anterior ao pagamento, para o proponente apresentar junto ao Setor de licitação - dirigido ao Presidente da Comissão Permanente, o requerimento, demonstrativo e comprovação de tal reajuste.

CLÁUSULA SÉTIMA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1 O pagamento será efetuado parceladamente em até 30 dias, contados da apresentação da nota fiscal/fatura no protocolo da Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA/PB.
- 7.2- O pagamento será feito mediante cheque nominal do Banco do Brasil ou outra instituição bancária da contratante.
- 7.3- O pagamento somente será efetuado após o "atesto", pelo servidor competente, da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada, condicionado à verificação da conformidade da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela Contratada e do regular cumprimento das obrigações assumidas.
- 7.4 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará pendente até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.
- 7.5 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de encargos moratórios proporcionais aos dias de atraso, apurados desde a data limite prevista para o pagamento até a data do efetivo pagamento à taxa de 6% (seis por cento) ao ano, aplicando-se a seguinte fórmula:

EM = lxNxP

EM = Encargos Moratórios a serem acrescidos ao valor originariamente devido

I = índice de atualização financeira, calculado segundo a fórmula:

•

Prefeitura Munic. de Juarez Táv Fls. 030 1074 Visto 3



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

I = (Tx/100) 365

Tx = utilizar IPCA (IBGE)

N = Número de dias entre a data limite previstos para o pagamento e a data do efetivo pagamento VP = Valor da Parcela em atraso.

GLAUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 8.1. A Contratante obriga-se a:
- 8.1.1 Efetuar o pagamento ao contratado de cada uma das parcelas, quando o mesmo cumprir com todas as determinações contidas neste instrumento contratual.
- 8.1.2 Efetuar através de notificação ao Contratado sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à prestação dos serviços dando os prazos constantes neste instrumento contratual para o contratado realizar as correções não eximindo, porém, de suas responsabilidades.
- 681.3 A CONTRATANTE fornecerá todos os meios materiais para execução dos serviços Contratados, inclusive o custeio com despesas de deslocamento (transporte), combustível, hospedagem e alimentação do contratado sempre que o mesmo tiver prestando serviço *in-loco*, sendo as demais despesas de responsabilidade do Contratado.

CLAUSULA NONA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

- 9.1. A Contratada obriga-se a
- 9.1.1 O contratado responsabilizar-se-á pelos tributos e despesas incidentes ou que venham a incidir sobre os serviços, sem a inclusão, de expectativa inflacionária ou encargos financeiros, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos.
- 9.1.2 O CONTRATADO ficará responsável pela execução tempestiva dos serviços solicitados.
- 9.1.3 Manter preposto capacitado e idôneo, aceito pelo contratante, quando da execução do contrato, que represente integralmente em todos os seus atos.
- 9.1.4 Não ceder, transferir ou subcontratar no todo ou em parte o objeto deste instrumento.
- 9.1.5 O contratado terá a obrigação de manter, durante todo o exercício do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.1.6 O contratado terá a obrigação de manter, durante todo o exercício do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação Art. 55, XIII da Lei 8.666/93 e lei n.º 12.440/2011(CNDT).
- 9.1.7 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;.

CLÁUSUEA DÉCIMA - DAS PENALIDADES

- 10.1 A Contratada ficará sujeita às seguintes penalidades, garantida a prévia defesa, pela inexecução total ou parcial do objeto.
- I Advertência; de que trata o inciso I, do art. 87, da Lei nº 8.666/93, podendo ser aplicada nos seguintes casos:
- a) Descumprimento das obrigações e responsabilidades assumidas na licitação;

Prefeitura Munic. de Juare

ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- b) Outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento do fornecimento, desde que não caiba a aplicação de penalidade mais grave.
- II multa(s), que deverá (ão) ser recolhida(s) junto à Secretaria de Finanças do Município, a ser quitada de acordo com instruções fornecidas pela Contratante, podendo ser:
- a) de 1,0% (um por cento) do valor do objeto licitado, por dia de atraso por descumprimento dos prazos de entrega, previstos neste Edital e no Contrato;
- b) de 2% (dois por cento) do valor do fornecimento por infração a qualquer condição estipulada no Edital e no Contrato, nas hipóteses não previstas na alínea anterior, aplicada em dobro na reincidência.
- III suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (dois) anos, e;
- IV declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade, depois do ressarcimento à Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.
- 10.2 As multas aplicadas deverão ser recolhidas ao Tesouro Municipal no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da data da notificação, podendo a Contratante descontar o seu valor das notas fiscais e/ou faturas. Em caso de inexistência ou insuficiência de crédito da Contratada, o valor devido será cobrado administrativamente ou inscrito como Dívida Ativa do Município e cobrado mediante processo de execução fiscal, com os encargos correspondentes.
- I As sanções previstas nos incisos I, III e IV poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.
- II Ficarão ainda sujeitos às penalidades previstas nos incisos III e IV, do artigo 87, da Lei nº 8666/93 e alterações posteriores, os profissionais ou as empresas que:
- a) Tenham, sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- b)Tenham praticado atos ilícitos visando frustrar os objetivos da licitação;
- c) Demonstre não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- III As penalidades só poderão ser relevadas nas hipóteses de caso fortuito ou força maior, devidamente justificado e comprovado, a juízo da Administração.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA RESCISÃO CONTRATUAL

11.1 - A rescisão Contratual poderá ser:

11.1.1- Determinado por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados no Art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93.

1			
ı			
!			
			Ç
		O	



ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

- 11.1.2 Amigável, por acordo entre as partes, mediante autorização escrita e fundamentada da Autoridade competente, reduzida a termo no Processo Licitatório, desde que haja conveniência da CONTRATANTE.
- 11.1.3 Em caso de rescisão prevista nos Incisos XII e XVII do Art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93, sem que haja culpa da CONTRATADA, será essa ressarcida dos prejuízos regulamentares comprovados, quando os houver sofrido.
- 11.1.4 A rescisão Contratual de que trata o Inciso I do Art. 78 da Lei Federal n.º 8.666/93 acarretará as consequências previstas no Art. 80, Incisos I e IV, no que couber ambos da Lei Federal n.º 8.666/93.

CEAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO FORO

12.1 - Fica desde já eleito o Foro da Comarca de Alagoa Grande, Estado da Paraíba, para dirimir questões resultantes ou relativas à aplicação/ou execução deste Contrato, não resolvidas na esfera Administrativa. E por estarem assim justos Contratados e Concordantes com todas as Cláusulas e condições ora ajustadas, as partes assinam o presente Contrato Administrativo, que é feito em 03 (Três) vias de igual teor, na presença de duas Testemunhas instrumentais, que também assinam, devendo a CONTRATANTE, no prazo legal, providenciar a publicação, na imprensa Oficial, do extrato do Contrato, a teor no Art. 61, Parágrafo Único, da Lei Federal n.º 8.666/93, tudo para que o ato produza seus Jurídicos e Legais efeitos.

JUAREZ TÁVORA, de de 2014

Maria Ana Farias dos Santos Prefeita CONTRATANTE

TESTEMUNHAS:			
1.°			
RG N.°			
2.°	 	<u> </u>	
RG N.°			





ANEXO III - Modelo de Declarações

				(Papel timbrado da licitante) DECLARAÇÃO	
(nome	do	licitante)	,CNPJ	, sediada
infra-assinado	, e pa	ra os fins d	lo Pregã	, por interméd io Presencial nº 007/2014, DECLARA	dio de seu representante legal
dezesseis anos b) não possui assessorament JUAREZ TÁ' 60 (sessenta) e c) não estaren de suas entida d) não ter side Fundações ou Estados Distr	s de id r diri to sup VORA dias c n impe des de des decl Empe ito Fe	dade em qui gentes ou perior, assis A, Estado do corridos, and edidas de li escentraliza aradas inicipesas Públicederal ou M	alquer to respons stência, stência, stência, stênciar control de la cont	anos em trabalho noturno, perigoso o trabalho, salvo na condição de aprendi sáveis técnicos que ocupem ou tenha intermediária, cargo efetivo ou empreba ou em qualquer órgão ou entidade à data da publicação do Aviso deste E ontratar e/ou transacionar com a Admor Orgão ou por Entidade da Administra demais entidades controladas diretios. previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666,	iz, a partir dos quatorze anos. am ocupado cargo de direção, ego na Prefeitura Municipal de a eles vinculados, nos últimos Edital. inistração Pública ou quaisquer istração Direta, por Autarquias, ta ou indiretamente pela União,
(cidade	e est	ado)	, d	de de 2014.	
Cargo ou cari Nº da cédula Telefone, fax	imbo de ide e <i>e-n</i>	do declarar entidade e o nail para co	nte: nte: órgão en ontato: _	mitente: derida no envelope de Documentos de	Habilitação

	-				
ı					
1					
ĺ					
}					
!					
1					
1					
1					
1					
•					
1					
1					
1					
_					
1					
-					
I					
					-
					•
					•
					<i>,</i>
		_	_		



ANEXO IV - Modelo de Proposta de Preço

(Papel timbrado da licitante) PROPOSTA DE PREÇO

(/	NOME DO LICITA	ANTE)			CNPI nº	1
sediada	a	(endereço c	completo, telefon	e, fax e e-ma	CNPJ nºil_atualizados)	
	outo do sou topios	manic iceai.	HIIII a-assinado	e nara ne tine	do Pracão Nº 007/	2014 apresenta
Propos	ta de Preço para o i	fornecimento	licitado, conform	ne abaixo espec	ificado:	zora, apresenta
Item	Quantidade	Especi	ificação dos servi	ços	Preço unitário	Preço total
VALII	DADE DA PROPO	STA:	DI	AS (mínimo de	e 60 dias)	
BANC	O (Código):	AGÊNCL	A (Código):	PRACA:		
BANC	O (Código): O (Nome):	CONTA (CORRENTE:			
	(cidade e estado)	, de		de 2014.		
Nome	ou carimbo do decl	`	tura do declarante	•		
	ou carimbo do decl					
Nº da	cédula de identidad	e e órgão emi	tente:		<u> </u>	
Telefo	ne, fax e e-mail par	a contato:				

** Este formulário deverá ser inserido no envelope de Proposta de Preço.

.,		
•		
		1
		1

20

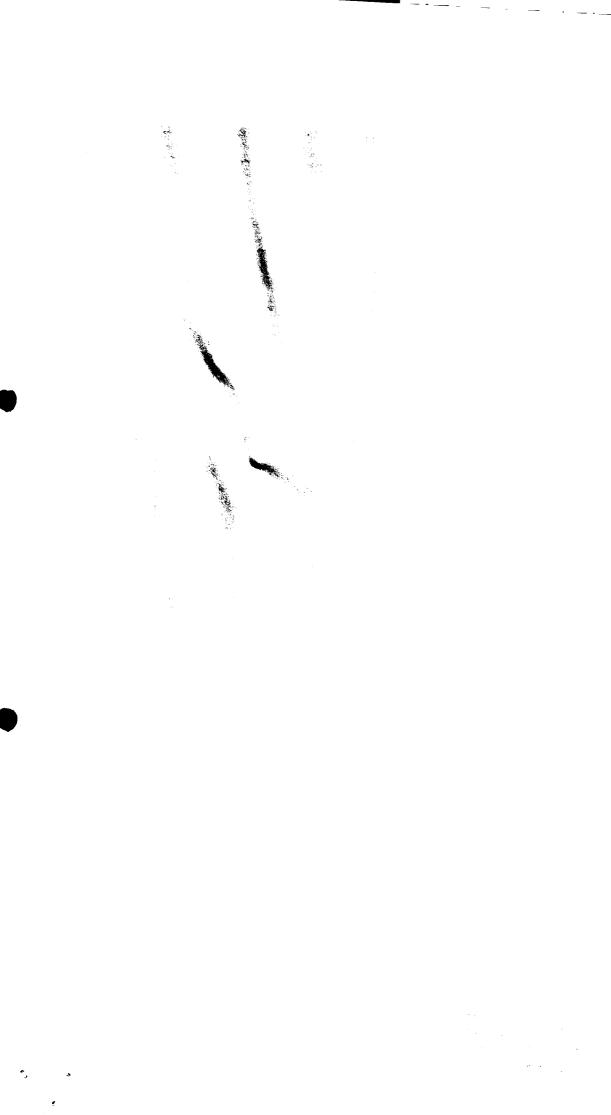


ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

ANEXO V - Modelo de Declarações

(Papel timbrado da licitante) DECLARAÇÃO

	1	DECLARAÇÃO	
(nome do licita	nte)	,CNPJ	, sediada édio de seu representante legal, A expressamente que:
infra-assinado, e para os fi	ns do Pregão Preser	ncial nº 007/2014, DECLAR	A expressamente que:
Tem conhecimen	to de todos os pará		ração e de concordância com co
(cidade e estado)	, de	de 2014.	
	(assinatura do	declarante)	
Nome ou carimbo do decla	arante:		
Cargo ou carimbo do decla	arante:		
Nº da cédula de identidade	e e orgao emitente: _ a contato:		
OBS: Esta declaração de	everá ser apresenta	da fora do envelope de Doc	cumentos de Habilitação







ANEXO VI - MODELO DE DECLARAÇÃO SOMENTE PARA MICRO E PEQUENAS EMPRESAS

(NOME	DA	EMPRESA)	endereço comple),	, CNPJ	N°_		, com
sede			,(endereço comple	to) por int	termédio	de seu repre	sentante legal, para
fins do Pr	regão F	resencial nº 007/2	014, DECLARA exp	ressament	e, sob as	penalidade ca	abíveis, que :
A) Encor	ntra-se	enquadrada come	empresa de Micro	e Pequei	no Porte	, nos termos	do art. 3º da Lei
Complem	entar i	123/2006 e suas alt	erações.	•		•	
•			•				
ciente da	obrig	atoriedade de dec	os 42 a 49 da Lei C larar ocorrências pos o art. 3º da Lei Comp	teriores in	mpeditiv	as de tal hab	oilitação e que não
			,de				
(assinatu	ra do re	epresentante legal)					
Nome ou	carim	oo do declarante:_					
Nº da céc	lula de	identidade:					
Telefone,	, fax e	e-mail para contate	o:	<u> </u>			
*Est ap	a decla ós o cr	aração deverá se redenciamento	r entregue fora dos	envelope	s de hat	oilitação e pr	oposta logo
							<u> </u>
				. =	τ. Τ	mag Támara	_PR
		Rua José Meno	lonça de Araújo, N	171 – Ce	ntro Jua 190/00	101-36	1.10

CEP - 58387-000 CNPJ - 08.919.490/0001-36

 - - 			
!			
!			
1			
			*. . *
			ų f



Mensário Oficial do Município Fis. 040 10 74

Instituído pela Lei N. 013/82 de 21 de Janeiro de 1982

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA - ESTADO DA PARAÍBA

ANO XXXII - N. 011/2014 - JUAREZ TÁVORA-PB, SEXTA FEIRA, 07 DE NOVEMBRO DE 2014

XECUIIVO.

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº: 007/2014

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA, torna público para conhecimento dos interessados nos termos da Lei 10.520/02 alterações, disposições da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, Lei complementar n.º 123/2006 alterações e demais normas inerentes a espécie que realizará licitação na modalidade Pregão Presencial na forma de Execução Indireta, sob o regime de empreitada do tipo menor preço por item, no dia 24 de Novembro de 2014 as 11:00 horas, tendo como objetivo: contratação de assessoria técnica na execução dos serviços de elaboração de dados cadastrais dos Servidores; Análise, Preparação e Geração de Folha de Pagamento; Emissão e Análise de Relatórios Gerenciais da Folha; Implantação e Geração da RAIS; DCTF; DIRF. A reunião ocorrerá na sala da COPELI o prédio sede da Prefeitura Municipal de JUAREZ TÁVORA, na Rua Cap. Pedro Moreira, 15 — Centro, JUAREZ TÁVORA/Pb Maiores informações através do telefone/ (083) 3379-1045.

JUAREZ TÁVORA, 06 de Novembro de 2014.

RAFF DE MELO PORTO Pregoeiro Oficial alunos contemplados pelo Projeto Olhar Brasil através do Programa Saúde na Escola, no município

alunos contemplados pelo Projeto Olhar Brasil atraves do Programa Sande na Escola, no municipio de Jerico/Pl., Portaria nº 3-039 de 11 de Dezembro de 2013. RECURSOS: Programa de Trabalho 10.302-2015.8585 Ministério da Saúde, DATA DE ABERTURA: 25/11/2014 às 08:30horas. EDITAL E INFORMAÇÕES: Comissão de Licitação, Situada à Praça Frei Damido, sin, Centre, Jericó-PB. Telefax: (83) 34351089. Email: licitajerico@avahoo.com.br.

Jericó-PB. 11 de Novembro de 2014

Francisco Audaires Franklin de Oliveira Pregoeiro oficial

Prefeitura Municipal de João Pessoa

LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA SECRETARIA DE SAÚDE / COMISSÃO SETORIAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 01.592/2014 CARTA CONVITE Nº 10.007/2014 TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Com base nas informações constantes no Processo Licitatório nº 01.592/2014, referente à Carta Convite nº 10.007/2014, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA MANUTENCÃO CORRETIVA PONTUAL NO ALTERNADOR

DO GRUPO GERADOR DA MARCA HEIMER DE 110 KVA DO COMPLEXO HOSPITALAR DE MANGABERA, em cumprimento aos termos do Artigo 43, Inciso VI, da Lei nº 8,666-93 c alterações posteriores, acolho o relatório da Comissão Seturial de Licitação, e HOMOLOGO o procedimento em favor da empresa URBIETA COMÉRCIO REP. E SERVIÇOS LIDA, inscisto no CNPJ sob o nº 12 620 902 0001-00, no valor total de R\$ 13,460,00 (fireze mil e quatrocentos e sessenta reais), classificada pelo criterio do menor preço global, com fulcio no Art. 23, Inciso II, alinea "a", da Lei 8 666 93 e suas alterações. Em conseqüência, fica convocada a proponente para assinatura do instrumento de contrato, nos termos do Art. 64, caput, da Lei nº. 8.665/93, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuizo das sanções previstas no Art. 81 deste mesmo

João Pessoa, 11 de novembro de 2014.

Mônica Rocha Rodrigues Alves Secretária de Saúde

PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO

AVISO DE ABERTURA DE PROPOSTA CONCORRÊNCIA Nº 33001/2014

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DE UNIDADES ESCOLARES E QUADRA POLIESPORTIVA NA CIDADE DE JOÃO PESSOA -PB. A Prefeitura Municipal de João Pessoa através da Comissão Especial de Licitação da SEPLAN. constituída através do Decreto nº 8.249/2014, datada de 07 de julho de 2014, comunica ao interessado que fica determinado que a reunião para abertura do envelope contendo a proposta comercial dar-se-4 no dia 17/11/2014, às 15:00 horas, no mesmo local indicado no preâmbulo es Edital

João Pessoa. 11 de novembro de 2014

Newton Euclides da Silva Presidente da Comissão Especial de Licitação

Prefeitura Municipal de Juarez Távora

LICITAÇÕES

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA

AVISO DE LICITAÇÃO

(EXCLUSIVO PARA ME E EPP)

TOMADA DE PREÇOS N°: 016/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA, torna publico para conhecimento dos interessados nos termos da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores. Lei Complementar nº 123/2006 alterações e demais normas inerentes a espécie, que fará realizar 1 icitação Pública na modalidade TOMADA DE PREÇOS na forma de Execução Indireta, sob regime de empreinada pur preço global, do tipo menor preço. Exclusivo para Me e EPP, objetivando a Contratação de Empresa de Engenharia para executar Obra Civil Publica de Ampliação do Posto de Saúde da Familia do Caixeiro, em sessão pública para abertura dos envelopes de habitação e proposta que realizar-secá as 11-008 do da 28-11-2014, na sala da CPL, los alizado na Raa J. Mendonça de Araujo. Nº 174 - Centro fuarez Tavora -PB CEP - 88387-000. Maiores informações atraves do telefone (1083) 3267-1072 no horário de expediente normal de 08-00 as 12/2010 Huas Juarez Távora, 04 de Novembro de 2014.

Presidente da CPL
AVISO DE LICITAÇÃO

TOMADA DE PREÇOS Nº: 017/2014.

TOMADA DE PREÇOS Nº: 017/2014.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TAVORA, torna publico para connecimento des mercessados nos termos da Lei Federal nº 8/66/93 e suas alterações posteriores. Lei Complementa nº 123/2006 alterações e demais normas merentes a espécie, que fara rentizar Lectação Publica na modalidade TOMADA DE PREÇOS na torna de Execução Indirea, sob regime de empretidad par modandode (OMAMA DE EREÇÃOS na juino de execução indirea, sob regime de emprendad por preço global, do tipo menor preço, objetivando a Contratação de Empresa de Engenharia para executar Obra Civil Publica de Construção de Oftuna) quadra escolar coberta para executar Oura CEU rabitea de Construção de ortuma quatura excutar conerta com vestiários, em sessão publica para abertura dos ravelopes de habitatação e proposta que radizarses ao 14.00m do dia 28.41.2014, na sala da CPL, localizado na Rua Jose Mendonça de Araújo, Nº 171 - Centro Juatez Távora -PB CEP - 58387-000 Maiores informações através do Arago, 8° 171 - Centro Juarez Tavora -rio Cur - 2858/400 stationes informacios atraves do telefone: (083) 3267-1072 no horario de expediente normal de 08/00 as 12/00 Hecus Juarez Távora, 04 de Novembro de 2014

Prefeitura Munic. de Juarez Távora

Presidente da CPL

AVISO DE LICHAÇÃO PREGÃO PRESENCÍAL Nº 00° 2014 A PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAREZ TÁVORA 19920 199

A PREFEITURA MUNICIPAL DE JI AREZ LÁVORA 1016. 1

RAREZ TÁVORA, 06 de Novembro de 2014 RAFE DE MELO PORTO

regociro Oficial

Prefeitura Municipal de Juazeirinho

LICITAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEBRINHO

AVISO DE ADIAMENTO
PREGAO PRESENCIAL Nº 033/2014

A Prefeitura Municipal de Juazerraho - PB, TORNA PUBLICO O ADIAMENTO do Pregão
Presencial nº 033/2014, que tem por objeto a AQUINIÇÃO DE PARTILIA MECANIZAD
(TRATOR DE PNEUS E IMPLEMENTOS), com recurso decorrente do Contrato de Repasse
nº 1008879-79-2013. Sincon nº 708894 e MDA PRONAU-DESENNAUSI DI. TERRITORIOS
RURAIN, para supra os necessidades da Prefeitura Mansopal de Joacon anto Parago do mala
necessidade de realizar adjuntas inostificações no editad de neclação discondição, para combio de 2014, as 11500mm, a sessão que estava marçada para o discondição so de
2014, as 11500mm 2014 às 11h00min

Juazeirinho PB, 11 de Novembro de 2014

Clayton Nobrega Pereira Pregociro

Prefeitura Municipal de Mãe D'água

LICITACOES

PREFEITURA MUNICIPAL DE MÁE D'AGUA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITACÃO

ANISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 036-2014

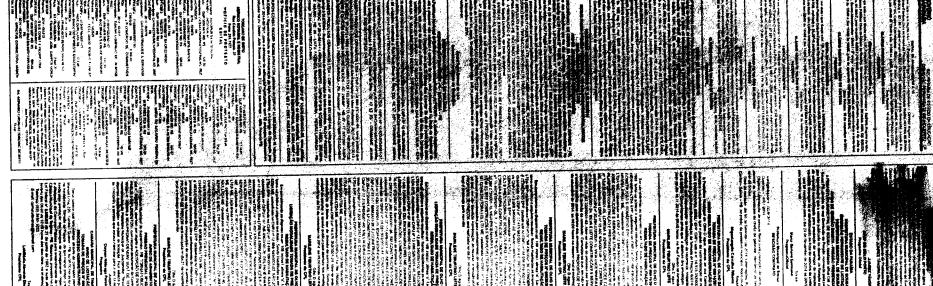
OBJETIVO Aquisição parcelada de equipamento inospitalar e arcondicionados destinados a secretaria de saúde deste municipio, itens não cotados no Processo anterior

DATA DA REÚNÃO: 26-11-2014 ÁS-08-30 hs

INFORMAÇÕES Os interessados poderão obter o tidiad na Riia Lior Funtado de Engueredo. 48, tentro. — Prôdio da Precidiara Municipal de Mão D Água- Estado da Provida na saía Confesio Permunente de Lie tação, em todos os dias úteis, no horario de 8900 as 12000 hs, Informações pelo telefone (98xINS-53428-1000) pelo telefone 0(xx)83-3428-1000 MÃE D ÁGUA - PB. 11 de novembro de 2014 SILVANIA SOARES DA SILVA PREGOEIRA-PMMD

AVISO DE SUSPENSÃO TOMADA DE PRECO 10° 004/2014

A presidente da CPI torna publico a SUSPI NSÃO concurso do processo isculta citas objetes. Contratação de serviços especializados para organização e e trobleca con entre de consistencia simplificado visindo atender programas e cancurso publico, visinado o excit función a sedeca que candidatos para provincinto de cargos do quaerto exte to ma vida esse vida. Mentira a follo 10 agua, com realização de insertiços preparação, aplicação e confoca das mentas a distribuição de classificação geral de candidatos, bem como promoção de tados se forma a serviço.



and the control desired of the control of the contr	A BANCHEN OF CHAPTER OF THE CHAPTER	A committee of the comm
PRINTING AND COLOR AND	The control of the co	FILEDO IN NUMBER Description of the product of the



TRAMITA - Sistema de Tramitação de Processos e Documentos

Prefeitura Mynic. de Juarez Táv

RECIBO DE PROTOCOLO

O Tribunal de Contas do Estado da Paraíba certifica que em 12/11/2014 às 10:30:17 foi protocolizado o documento sob o Nº 60520/14 do Aviso da Licitação nº 00007/2014 referente ao exercício de 2014, referente a(o) Prefeitura Municipal de Juarez Távora, mediante o recebimento de informações/arquivos eletrônicos encaminhados por Nilcelanio Rogerio de Oliveira.

Jurisdicionado: Prefeitura Municipal de Juarez Távora

Número da Licitação: 00007/2014 Modalidade: Pregão Presencial Tipo do Objeto: Compras e Serviços Valor Estimado: R\$ 18.000,00

Objeto: Contratação de Assessoria Técnica na Execução dos Serviços de Elaboração de Dados Cadastrais dos Servidores, Análise, Preparação e Geração de Folha de Pagamento, Emissão e Análise de Relatórios Gerenciais

da FOLHA, Implantação e Geração da RAIS, DCTF E DIRF.

Data do Ato: 12/11/2014

Data e Hora do Certame: 24/11/2014 11:00

Local do Certame: sala da CPL Pm Juarez Távora

João Pessoa, 12 de Novembro de 2014

Assinado Eletronicamente conforme LC 18/93, alterada pela LC 91'2639 e pelo Regimento interno, alterado pela RA TC 18/2009 **6**

Sistema de Processo Eletrônico do TCE-PB